

AGRICULTURA URBANA E AGRICULTURA FAMILIAR: interfaces conceituais e práticas¹

Nilson Antonio Modesto Arraes²
Yara Maria Chagas de Carvalho³

1 - INTRODUÇÃO

Em novembro de 2014, o IEA, comemorando seus 72 anos, realizou o *workshop* “Agricultura familiar: construindo o plano de ação para o desenvolvimento rural sustentável paulista” e fui⁴ convidado para realizar a última apresentação do painel sobre agricultura urbana. Neste painel, as apresentações dos programas de agricultura urbana dos municípios de Bauru, Campinas, Guarulhos, Ribeirão Preto e São Paulo me antecediam.

O tema proposto para a apresentação foi “Problemas e perspectivas da agricultura urbana no Estado de São Paulo”. Pela posição no painel, busquei integrar o tema do painel (agricultura urbana) ao tema do evento (agricultura familiar) e refletir sobre as experiências práticas de agricultura urbana paulista, baseadas nos municípios convidados para o evento.

Meu objetivo na apresentação, e agora redigido em parceria sob a forma de um ensaio, foi: a) conceituar, estabelecer critérios e propor sistema de classificação de iniciativas de agricultura urbana; b) distinguir as classes de agricultura urbana que atendem (e não atendem) aos critérios de agricultura familiar, diferenciando agricultura urbana familiar de agricultura urbana não familiar; c) descrever o contexto rural dos municípios e aplicar o sistema de classificação aos programas de agricultura urbana apresentadas no evento; e d) destacar aspectos desta classificação que tenham implicações para a pesquisa ou para as

políticas públicas relacionadas à agricultura urbana e, mais especificamente, agricultura urbana familiar.

Para atender a estes objetivos, o argumento central deste artigo está assentado em três partes. Na primeira parte é explicitado o que se considerou “iniciativas de agricultura urbana”, bem como as modalidades que orientaram a classificação destas iniciativas. Na segunda parte é proposto um modelo para diferenciar as modalidades de agricultura urbana conduzidas por agricultores familiares e não familiar e o modelo é aplicado às iniciativas apresentadas no evento. Na terceira parte são discutidas as implicações.

Espera-se que a reflexão sobre as interfaces entre a agricultura urbana e a agricultura familiar, a caracterização de sua ocorrência em contextos municipais, e a discussão das implicações, seja útil aos pesquisadores, avaliadores, gestores e operadores de políticas públicas e outros agentes e instituições que tenham interesse sobre a agricultura urbana e a agricultura familiar.

2 - AGRICULTURA URBANA E A INTEGRAÇÃO COM A CIDADE

A moderna dicotomia campo-cidade relaciona a agricultura ao campo, mas nas cidades também ocorrem atividades rurais, principalmente, nos quintais das casas, em lotes vazios e áreas públicas. A produção agrícola comercial afastou-se das cidades, principalmente, devido ao impacto do preço da terra urbanizada sobre o custo de seus produtos (TORNAGHI, 2014) e pela não valorização das externalidades positivas que a atividade propicia (MARTY, 2013).

A agricultura urbana trata da especificidade em que a agricultura está mais integrada à cidade (MOUGEOT, 2000, 2005). A integração na cadeia produtiva pode se dar pelo uso de insumos e mãos de obra locais e da comercializa-

¹Registrado no CCTC, IE-50/2015.

²Engenheiro Agrícola, Doutor, Docente do Conselho Integrado de Planejamento e Gestão da Faculdade de Engenharia Agrícola da UNICAMP (e-mail: nilson@feagri.unicamp.br).

³Economista, Doutora, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: yacarvalho@iea.sp.gov.br).

⁴Refere-se ao primeiro autor.

ção local de seus produtos. A integração institucional decorre de seu reconhecimento pela política municipal e/ou metropolitana, expresso em seu tratamento nos Planos Diretores Municipais, nas leis de zoneamento e na regulação de sua prática, e também do envolvimento de outras organizações municipais, em seu desenvolvimento, a exemplo de associações de bairro, de moradores, ONG's, instituições sociais, a depender da natureza da iniciativa.

Como o princípio de integração com a cidade define a sua especificidade, as iniciativas de agricultura urbana não se restringem ao perímetro urbano, podendo estender-se pelas áreas periurbanas (IAQUINTA; DRESCHER, 2000); daí o uso da expressão "Agricultura Urbana e Periurbana (AUP)" para evidenciar o alcance espacial destas iniciativas. Todavia, dada a falta de dados sobre o nível de integração das propriedades agropecuárias com a cidade, quer seja em estudos acadêmicos ou planos municipais, frequentemente, considera-se iniciativas de agricultura urbana, os imóveis urbanos com uso agropecuário e uma variável faixa de imóveis rurais no entorno do perímetro urbano. Em algumas grandes cidades, onde a área urbanizada já consome parcela significativa do território municipal, o perímetro urbano pode ser estendido aos limites municipais, visando aumentar a capacidade de gestão das administrações municipais sobre todo seu território.

No Brasil, o conceito de agricultura urbana e periurbana adotado pelo Programa Nacional de Agricultura Urbana (PNAU) e utilizado para especificar o objeto dos editais do MDS/SESA é:

conceito multidimensional que inclui a produção, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agroextrativismo, etc.) e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte), voltados ao autoconsumo, trocas e doações ou comercialização, (re) aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos, mão de obra, saberes etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos, urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades (SANTANDREU; LOVO, 2007).

Alinhado à ideia de integração com a

cidade de Mougeot (2000), o conceito de agricultura urbana da política nacional aponta dois parâmetros de identificação: a) o uso de insumos e mãos de obra locais; e b) articulação com a gestão territorial e ambiental da cidade ou metropolitana. Ele também apresenta quatro categorias de classificação: a) função na cadeia produtiva (produção, transformação e prestação de serviços); b) destino da produção autoconsumo, trocas e doações e comercialização; c) localização (intra-urbano, urbano e periurbano); e d) tipo de produto (agrícola e pecuário), explicitando a diversidade de tipos que a agricultura urbana pode assumir.

A agricultura sempre esteve presente na cidade, ainda que as políticas, programas e projetos para promovê-la vêm e vão variando suas finalidades. Na Europa, diversas cidades adotaram políticas de agricultura urbana como forma de atenuar a crise de abastecimento de alimentos provocada pelas guerras.

O ressurgimento, a partir do final dos anos 1990, das políticas de agricultura urbana nos países em desenvolvimento tem sido promovido pelas agências internacionais e agências de desenvolvimento de países desenvolvidos como uma das estratégias para compor uma "rede de segurança social" em países com alto índice de pobreza urbana (CIID, 2006; URBAN HARVEST, 2007; ORSINI et al., 2013; WORLD BANK, 2013; FAO, 2014; SLU GLOBAL, 2014).

Estas iniciativas de agricultura urbana têm ganho maior visibilidade pela divulgação das políticas públicas que as tem promovido, pelos relatos feitos pelas agências de "casos bem-sucedidos" e pela priorização de estudos acadêmicos sobre hortas comunitárias em áreas de baixa renda (GUITART; PICKERING; BYRNE 2012). Nestes casos, a produção está orientada à subsistência, abrangendo o autoconsumo, as trocas e vendas eventuais. Alguns autores chegam a restringir a agricultura urbana unicamente a estas experiências (ROSTICHELLI, 2013).

3 - TIPOS DE AGRICULTURA URBANA

Ainda que o foco das políticas e dos estudos das iniciativas de agricultura urbana tenha sido a inclusão social, diversas outras finalidades têm motivado a criação destas, abrangendo lazer

e recreação em áreas periurbanas (ZASADA, 2011), construção de laços comunitários (ANDERSON, 2014) em jardins urbanos e provisão de serviços ecossistêmicos (KULAK; GRAVES; CHATTERTON, 2013; LIN; PHILPOTT; JHA, 2015).

A grande diversidade de tipos de agricultura urbana tem suscitado diferentes modelos de classificação, ainda que não haja uma referência global (VAN VEENHUIZEN; DANSO, 2007), nem brasileira. Os sistemas de classificação adotam um ou mais critérios (e classes). Além dos critérios de localização, tipos de cultura e criação e destino da produção, presentes no conceito do PNAU, destacam-se: tamanho (m² ou ha), sistema de produção (convencional/alternativo; orgânico/biodinâmico/agroecológico; certificado), finalidade (inclusão social/desenvolvimento econômico/recuperação e conservação ambiental) e dimensão política (social/econômica/ ambiental).

Outros autores têm criado sistemas de classificação adequados a seus contextos de análise (MOUSTIER; DANSO, 2006; SMIT; BAILKEY, 2006). O sistema de classificação de iniciativas de agricultura urbana proposto neste ensaio busca: a) integrar a dimensão política (um critério) a modalidades operativas (multicritério); b) priorizar critérios de tamanho da propriedade e participação da família para as modalidades operativas; e c) manter comparabilidade com sistemas de classificação internacionais. Para isso, buscou-se integrar os sistemas de classificação de Van Veenhuizen e Danso (2007) e de Hogdson, Campbell e Bailkey (2011), ajustando-os a especificidades brasileiras.

Considerando diversos sistemas de classificação e iniciativas de agricultura urbana descritos na literatura, Van Veenhuizen e Danso (2007) agruparam as iniciativas de agricultura urbana, a partir de suas finalidades e características, em três dimensões políticas: social, ambiental e econômica (Quadro 1). Vale destacar que as finalidades descritas na dimensão social se concentram mais especificamente na “assistência social”, deixando outros aspectos da dimensão social, tais como educação, saúde e cultura, na dimensão ambiental (multifuncional).

Hogdson, Campbell e Bailkey (2011), a partir de iniciativas americanas e canadenses, propõem um sistema de classificação das iniciativas de agricultura urbana em 12 modalidades comerciais (Quadro 2) e não comerciais (Quadro 3).

Considerando que a(s) finalidade(s)

que motiva(m) a criação de iniciativas de agricultura urbana condicionam suas modalidades operativas, buscou-se estabelecer relação entre os dois sistemas classificatórios e observou-se que:

- as iniciativas de agricultura urbana que possuem dimensão política econômica podem assumir diversas formas operativas, representadas pelas modalidades comerciais;
- as iniciativas que possuem dimensão política social (subsistência) são parte das modalidades não comerciais, mais especificamente, a modalidade horta comunitária. Nesta modalidade, a condição de vulnerabilidade social do participante é critério prioritário para seu ingresso;
- iniciativas criadas com outras finalidades sociais, tais como educação, saúde e cultura, se organizam por meio da modalidade horta institucional;
- as iniciativas que possuem dimensão política ambiental não assumem modalidades específicas, expressando-se nos sistemas de produção adotados, tais como, agroecológico ou orgânico, e na integração destes sistemas ao planejamento ambiental urbano; e
- as modalidades fazenda periurbana e fazenda urbana podem ser integradas em uma única modalidade “fazenda urbana”.

A figura 1 propõe um modelo de integração entre dimensões políticas e modalidades de iniciativas de agricultura urbana, incorporando estas observações e excluindo modalidades de criação e paisagens comestíveis, específicas à realidade americana e canadense. Este sistema pode ser utilizado para caracterizar e analisar a realidade brasileira, mantendo poder de comparação com outros países.

Partindo deste modelo, quais dimensões políticas pode-se relacionar a agricultura familiar e sob quais modalidades de agricultura urbana pode se organizar?

4 - AGRICULTURA URBANA FAMILIAR

Desde o relatório INCRA (2000), o agricultor familiar no Brasil, distingue-se por critérios relacionados ao tamanho do estabelecimento e à participação da família na condução, no trabalho e na renda das atividades desenvolvidas no estabelecimento. A Lei Federal n. 11.326/2006

QUADRO 1 - Dimensões Políticas das Iniciativas de Agricultura Urbana

Tipo	Dimensão	Finalidade	Características
Subsistência	Social	Redução da pobreza	Autoprodução de alimentos e ervas
		Segurança alimentar e nutrição	Redução de gastos com alimentação e saúde
		Inclusão social	Algum processamento e vendas/trocas locais de excedentes
		Integração comunitária	Parte da estratégia de sobrevivência dos pobres urbanos
		Mitigação HIV	
		Rede de segurança social	
Multifuncional	Ambiental	Arborização urbana	Agricultura orgânica e agroflorestal em zonas de amortecimento
		Melhoria do microclima	Produtos frescos
		Redução da pegada ecológica	Venda direta
		Gerenciamento de parques e jardins	Reuso descentralizado do resíduo urbano compostado
		Biodiversidade	Integração com eco-saneamento
		Educação ambiental	
		Recreação	
Comercial	Econômica	Geração de renda	Produção orientada ao mercado
		Geração de emprego	Produtos alimentares e não alimentares
		Desenvolvimento de empreendimentos	De pequenas unidades familiares a grandes unidades patronais
		Vendas	Parte das cadeias agrícolas e agroindustriais
			Alto uso de insumos e maior geração de externalidades

Fonte: Van Veenhuizen e Danso (2007).

QUADRO 2 - Modalidades de Agricultura Comercial

Modalidade	Descrição
Hortas comerciais <i>market garden</i>	Horta urbana de alimentos, plantas ornamentais e/ou pequenos animais de pequena a média escala, em propriedade pública ou privada, projetada e administrada com propósitos comerciais, utilizando diversas técnicas de produção intensiva. Os produtos finais são vendidos na propriedade e no comércio local.
Fazendas urbanas <i>urban farm</i>	Maiores que as chácaras, incluem horta de alimentos, plantas ornamentais e/ou pequenos e médios animais com produção em grande escala e com propósitos comerciais, utilizando diversas técnicas verticais e horizontais de produção intensiva. Os produtos finais são vendidos na propriedade ou no mercado local. Se grandes o bastante, as fazendas urbanas podem adotar o modelo de distribuição agricultura mantida pela comunidade (CSA), onde os consumidores de produtos destas fazendas compartilham os riscos da produção.
Fazendas periurbanas <i>peri-urban farm</i>	Praticamente fora ou nas bordas das regiões metropolitanas, frequentemente, onde as terras agricultáveis sofrem ameaça de outros empreendimentos imobiliários. Inclui horta de alimentos, plantas ornamentais e/ou pequenos e médios animais com produção em grande escala e com propósitos comerciais, utilizando diversas técnicas verticais e horizontais de produção intensiva. Estas fazendas por vezes são orgânicas, administradas como negócio agrícola e frequentemente emprega o modelo CSA. Na maioria dos casos, a produção é vendida e distribuída na região metropolitana mais próxima.
Criação de abelhas <i>beekeeping</i>	Criação de abelhas em média a grande escala para uso comercial. As colmeias podem ser alocadas em outras modalidades de agricultura urbana, tais como as hortas comerciais ou as fazendas urbanas, ou em outros usos não agrícolas (parques, jardins "piscinão"), ou em espaços subutilizados (incluindo lajes) em áreas residenciais, comerciais, mistas e industriais. Os produtos finais são utilizados para venda.

Fonte: Hodgson, Campbell e Bailkey (2011, p. 5).

QUADRO 3 - Modalidades de Agricultura Não Comercial

Modalidade	Descrição
Hortas domésticas <i>private garden</i>	Hortas de alimentos privadas, localizadas na frente ou nos fundos da casa, em pátios internos, na laje, em varandas, soleiras, portões, paredes ou porões de residências privadas uni ou multifamiliares, acompanhada por indivíduos ou empresas de jardinagem.
Hortas comunitárias <i>community garden</i>	Hortas de alimentos ou plantas ornamentais de pequena a média escala em lotes contínuos ou descontínuos, localizados em propriedades públicas ou privadas, em áreas residenciais, operada e administrada coletivamente por um grupo. As atividades de jardinagem e os produtos finais são utilizados para consumo ou educação, entretanto, eles também podem ser vendidos no local ou fora dele, dependendo de regulação dos governos locais e das metas da horta, enquanto um esforço coletivo.
Hortas institucionais <i>institutional garden</i>	Hortas de alimentos ou pomares de pequenos a grandes, localizadas em propriedades institucionais públicas ou privadas (escolas, hospitais, organizações religiosas, locais de trabalho) em áreas residenciais, comerciais ou mistas, conduzidas por uma organização ou negócio. O processo de jardinagem é utilizado para propósitos educacionais, terapêuticos e serviços comunitários - incluindo, mas não limitado a educação nutricional, consciência ambiental e orientação religiosa. Os produtos finais são utilizados para doação ou consumo. Dependendo da regulação dos governos locais, eles também podem ser vendidos no local ou fora dele, para especificamente apoiar financeiramente as atividades de jardinagem.
Hortas de demonstração <i>demonstration garden</i>	Hortas de alimentos pequenas, localizadas em propriedades privadas (escolas, hospitais, organizações religiosas, locais de trabalho) ou propriedades públicas (parques, escolas e outros espaços cívicos) em áreas residenciais, comerciais ou mistas com o único propósito de demonstração pública, conduzido por agências governamentais locais, organizações comunitárias ou empresas. Os produtos finais são doados para organizações locais e bancos de alimentos.
Paisagens comestíveis <i>edible landscape</i>	Uso de plantas alimentares no projeto de espaços externos em empreendimentos residenciais, comerciais ou mistos, acompanhado por indivíduos ou empresas. Os produtos finais são utilizados para consumo.
Hortas ativistas <i>guerrilla garden</i>	Apropriação não autorizada e cultivo de alimentos ou plantas ornamentais em áreas públicas ou privadas, sem fiscalização, abandonadas ou sem uso por indivíduos ou grupos. Os produtos finais são utilizados com propósito de revitalização regional.
Criação de abelhas por hobby <i>hobby beekeeping</i>	Criação de abelhas em pequena escala para uso pessoal. As colmeias podem ser alugadas nas hortas ou parques, em espaços subutilizados (incluindo lajes), em áreas residenciais, mistas e de outros usos públicos. Os produtos finais são utilizados para consumo pessoal, educação ou doação.
Criação de galinhas por hobby <i>hobby chicken keeping</i>	Criação de galinhas em pequena escala, para uso pessoal em áreas residenciais ou para uso comercial em áreas residenciais, mistas e de outros usos públicos. A criação de frangos pode ser alugada com o uso agrícola ou com outros usos. Os produtos finais são para consumo pessoal, educação ou venda.

Fonte: Hogdson, Campbell e Bailkey (2011, p. 4).



Figura 1 - Modelo de Integração das Dimensões Políticas e Modalidades de Iniciativas de Agricultura Urbana.
Fonte: Dados da pesquisa.

estabelece os seguintes critérios para agricultura familiar:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo (redação da Lei n. 12.512/2011); IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

A obtenção de renda mínima gerada no estabelecimento impõe uma dimensão econômica ao agricultor familiar, exigindo que ele produza para sua subsistência e/ou para fins comerciais⁵. Nesta condição, a princípio, o agricultor familiar pode adotar qualquer das duas modalidades de agricultura urbana da dimensão econômica - horta ou fazenda -, desde que atenda aos critérios de tamanho do estabelecimento e participação da família na condução, trabalho e renda.

Como a renda obtida no estabelecimento pode ser mínima, a área mínima do estabelecimento não precisa ser limitada pelo módulo fiscal, definido como área mínima para que um imóvel rural seja economicamente viável. Assim, todos os minifúndios (com área menor que 1 módulo rural) e pequenas propriedades (com área entre 1 e 4 módulos rurais), onde haja participação da família na condução, trabalho e renda do estabelecimento e estejam integrados à cidade são iniciativas de agricultura urbana familiar.

Para que o modelo da figura 1 diferencie agricultores urbanos familiares de agricultores urbanos não familiares é conveniente que as modalidades comerciais também sejam caracterizadas pelos aspectos que os distinguem. Considerando apenas o tamanho, pode-se estabelecer o limite superior de quatro módulos fiscais para as hortas comerciais e o limite inferior de mais de quatro módulos fiscais para as fazendas. Ainda assim, entre as hortas comerciais, parte delas atendem aos demais aspectos, que as

caracterizam como familiar e outras não, exigindo a divisão em duas modalidades: horta comercial familiar e horta comercial patronal⁶.

Outro exemplo de iniciativa de agricultura urbana familiar são os assentamentos periurbanos criados no processo de reforma agrária para explorarem a proximidade com as cidades. O MST, denomina-os Comuna da Terra e eles são estruturados com lotes menores e orientados a adotarem prática agroecológica ou orgânica (MATHEUS, 2012). O INCRA também adota um tipo de assentamento urbano, em parceria com os municípios, com as mesmas bases: o tipo Casulo (INCRA, 2013).

As formas de parcelamento dos assentamentos promovem diferentes tipos de separação entre espaço de moradia e espaço de produção. Na forma “agrovila”, os lotes de moradia são pequenos e próximos e, em seu dimensionamento, leva-se em conta área para implantação de horta doméstica (NOGUEIRA, 2007). Nestas iniciativas de agricultura urbana, as finalidades e dimensões econômica e social estão presentes, ainda que a econômica prevaleça.

Na dimensão política social, com finalidade não comercial, horta doméstica e horta comunitária compreenderiam outras modalidades de agricultura urbana familiar. Em ambos os casos, a produção é voltada ao autoconsumo, a trocas e eventualmente à venda. Como elas visam prover a subsistência, a economia de gastos propiciada pelo autoconsumo e trocas devem impactar a renda familiar. A modalidade horta comunitária envolve programas e projetos de apoio a indivíduos e famílias em condições de vulnerabilidade social, na qual a agricultura urbana e periurbana é um meio de promover sua inclusão social. Os projetos são promovidos e coordenados por diferentes níveis de governo.

⁵Esse entendimento é contrário ao de Boukharaeva, Chianca e Marloie (2007) que restringe a agricultura urbana familiar à aquela que produz orientada ao autoconsumo e sem fins comerciais.

⁶Para os cinco municípios que participaram do evento, a relação entre estabelecimentos familiares (considerando tamanho e participação da família na condução, no trabalho e na renda do estabelecimento) e estabelecimentos com menos de 4 módulos fiscais (considerando apenas o tamanho do estabelecimento) varia de 67% a 78%.

Em nível federal, desde 2003, a agricultura urbana está inserida na política de segurança alimentar e nutricional e o Programa Nacional de Agricultura Urbana é parte do Programa Fome Zero (PINHEIRO; FERRARETO, 2011). Em 2003 e 2004, foram celebrados 16 convênios e o programa enfrentou muitas dificuldades de operacionalização (FEALQ, 2006). De 2003 a 2007, foram assinados convênios com 263 municípios brasileiros, totalizando R\$58 milhões e beneficiando 238 mil famílias (MDS, 2011). A partir de 2008, o Programa priorizou as regiões metropolitanas e a comercialização da produção por meio de Centros de Apoio à Agricultura Urbana. Para o Estado de São Paulo, os projetos aprovados, em 2006, foram dos municípios de Araçariguama, Barretos, Bragança Paulista e Itapeva; em 2007, São Paulo, Osasco, Jandira, Embu e Mauá e, em 2012, Itanhaém, Diadema, Alvaro de Carvalho, Mauá e Santo Antônio da Alegria.

De viés tecnológico, o governo paulista, também promove a agricultura urbana por meio do Programa Hortaliço (IAC, 2014), amparado no Decreto Estadual n. 50.233, de 10 de novembro de 2005, e coordenado pela CODEAGRO. O Programa transfere para municípios recursos para aquisição e instalação de estufas hidropônicas e equipamentos correlatos, visando à produção de hortas, o desenvolvimento regional e a geração de renda.

Além dos governos, a modalidade horta comunitária também é promovida por instituições privadas, a exemplo de ONGs, e há também experiências autônomas (ROSTICHELLI, 2013), realizadas espontaneamente por iniciativa de um indivíduo, família ou grupo.

Na dimensão política ambiental, embora ela não induza modalidades específicas de iniciativas de agricultura urbana, parte das iniciativas financiadas pelos governos exigem a transição ou a adoção de práticas de produção agroecológica. A qualidade da água dos mananciais tem sido a preocupação ambiental que mais tem justificado estas iniciativas, a exemplo do Projeto Paulista Guarapiranga Sustentável, amparado na Resolução Conjunta SMA/SAA 008, de 21 de dezembro de 2009.

Em síntese, as modalidades de agricultura urbana relacionadas à agricultura familiar são a horta doméstica, a horta comercial familiar e a horta comunitária, conforme destacado na figura 1.

5 - O RURAL PERIURBANO DE GRANDES CIDADES

Branco e Alcântara (2011) realizaram levantamento da literatura brasileira, utilizando as palavras de busca: “hortas urbanas”, “hortas comunitárias”, “hortas periurbanas”, “quintais”, “agricultura urbana” e “agricultura periurbana”. O levantamento resultou em 191 documentos e as iniciativas descritas neles foram relacionadas a estados e municípios. Os Estados de Minas Gerais, Goiás e São Paulo foram os mais citados em 32, 30 e 27 documentos, tratando de iniciativas de agricultura urbana em 18, 12 e 19 municípios, respectivamente. Os municípios paulistas com iniciativas de agricultura urbana foram Americana, Botucatu, Campinas, Jaboticabal, Jales, Penápolis, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Rio Claro, São Carlos, São Paulo, Bauru, Diadema, Embu das Artes, Itapeva, Osasco, São Bernardo do Campo e Santo André.

Do *workshop* participaram quatro destes municípios - Campinas, Ribeirão Preto, São Paulo e Bauru -, acrescido do município do Guarulhos, representando 25% dos municípios com iniciativas identificadas.

Destes cinco municípios, dois são sedes de regiões metropolitanas - São Paulo e Campinas - e dois municípios, Ribeirão Preto e Bauru são sedes de regiões administrativas do Estado de São Paulo. Guarulhos integra a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), vizinho ao município de São Paulo, e possui o seu segundo maior aglomerado industrial (EMPLASA, 2011) e populacional (IBGE, 2011). Eles representam uma amostra de municípios paulistas com alto grau de urbanização ($\geq 98\%$) e alto IDHM (entre 0,76 e 081), conforme ilustra a tabela 1.

Ainda assim, há diversidade entre eles, que permite formar dois grupos. No primeiro, agrupando São Paulo e Guarulhos, a agropecuária quase não agrega valor ao PIB municipal ($< 0,1\%$), a zona rural legal ocupa menos de 15% do território municipal e o módulo fiscal é de 5 ha. No segundo, agrupando Campinas, Ribeirão Preto e Bauru, ainda que a agropecuária contribua pouco com o PIB municipal ($< 3,2$ e $> 0,4\%$), a zona rural legal ocupa entre 40 e 80% do território municipal e o módulo fiscal é 10 e 12 ha.

Em São Paulo e Guarulhos, os mapas de uso e ocupação do solo mostram que as

TABELA 1 - Dados Municipais

Município	IDHM 2010	Ranking IDHM 2010	PIB (R\$ milhão)	VA agropecuário/PIB (%)	População total (mil)	População rural (mil)
São Paulo	0,81	28º	92,73	0,02	11.254	101.159
Campinas	0,81	28º	11,53	0,43	1.080	18.573
Bauru	0,80	37º	0,95	2,03	344	5.753
Ribeirão Preto	0,80	40º	2,46	3,18	605	1.716
Guarulhos	0,76	320º	8,75	0,07	1.222	0

Município	População rural/total (%)	Área rural/total (%)	Área rural (ha)	Área total (ha)	Módulo fiscal (ha)
São Paulo	0,9	15	22.200	152.111	5
Campinas	1,7	51	40.800	79.457	10
Bauru	1,7	81	53.900	66.768	12
Ribeirão Preto	0,3	38	30.000	65.096	10
Guarulhos	0	0	0	31.868	5

Fonte: PNUD (2013), IBGE (2011, 2015) e Landau et al. (2012).

áreas periurbanas são ocupadas com chácaras e hortifrutigranjeiros e estão pressionadas, de um lado, pela expansão urbana, e, de outro lado, por matas e mananciais (EMPLASA, 2011). No Plano Diretor de Guarulhos (GUARULHOS, 2004) consta a macrozona de uso rural-urbano, fazendo a interface entre áreas urbanizadas e de proteção-ambiental. O Plano Diretor de São Paulo (SÃO PAULO, 2002) mantém o perímetro urbano colado às áreas urbanizadas, o qual divide o município em duas macrozonas. As áreas não urbanizadas correspondem a macrozona de proteção ambiental, conciliando usos agrícolas (macroárea de uso sustentável) e florestais. Em ambas - macrozona de Guarulhos e macroárea de São Paulo - ocorrem as chácaras e os hortifrutigranjeiros destes municípios.

Em Bauru, Ribeirão Preto e Campinas, as áreas periurbanas estão entre a expansão urbana e a agricultura integrada aos grandes complexos agroindustriais. Em Bauru, 68% da área total dos estabelecimentos está ocupada com criações; em Ribeirão Preto, 90% da área total dos estabelecimentos está ocupada com cana; e em Campinas, ainda que mais diversificada, 50% da área total de seus estabelecimentos está ocupada com criações e outros 10% com eucalipto (IBGE, 2006). Entre as áreas urbanizadas e estas áreas "mais rurais" há uma faixa com uso diversificado. O mapa de uso e ocupação do solo de Ribeirão Preto (GARÇON; RONQUIM; GUILARDI, 2015) mostra que nas áreas periurbanas há diversificação produtiva com culturas anuais e fruticultura, embora, seu Plano Diretor (RIBEIRÃO PRETO,

2003) considere estas áreas como anéis de expansão urbana. O Plano Diretor de Bauru (BAURU, 2008) estabeleceu quatro macrozonas periurbanas, distintas da macrozona rural, nas quais propriedades pequenas e médias se misturam à áreas de proteção ambiental e propriedades para uso recreativo. O Plano Diretor de Campinas (CAMPINAS, 2006b) estabeleceu uma macrozona de vocação agrícola, na qual se concentram fruticultores e há diversas áreas hortícolas próximas ao perímetro urbano (CAMPINAS, 2006a).

Nos dois grupos de municípios se constata, tanto no uso e ocupação do solo, quanto na gestão municipal do território, a presença de uma faixa ou pequenas regiões de pequenos e médios agricultores, muitos deles hortifrutigranjeiros, que circundam o perímetro urbano. Estes agricultores urbanos (ou periurbanos) estão entre a expansão urbana e as matas e florestas no primeiro grupo, e entre a expansão urbana e a produção agrícola dirigida a mercados mais distantes da produção no segundo grupo.

Os dados do Censo Agropecuário de 2006⁷ (Tabela 2) permitem estimar esta atividade e, novamente, destacar as diferenças entre os grupos. No primeiro grupo, o número de estabe-

⁷O IBGE disponibilizou informações do Censo Agropecuário de 2006, distinguindo agricultura familiar da não familiar (IBGE, 2009).

TABELA 2 - Dados Municipais

Município	Área total dos estabelecimentos (ha)	N. de estabelecimentos	N. de estabelecimentos familiares	N. de estabelecimentos/total (%)	Área total dos estabelecimentos com hortícolas/total (%)
São Paulo	8.000	193	130	67	7
Campinas	31.220	631	342	54	8
Bauru	40.128	470	228	49	6
Ribeirão Preto	101.984	446	266	60	4
Guarulhos	3.250	167	97	58	7

Município	Área total dos estabelecimentos com hortícolas/total (%)	Área total dos estabelecimentos hortícolas familiar/total (%)	Área total das UPAs (ha)	N. de UPAs
São Paulo	27	63	2.936	253
Campinas	8	37	45.173	11.153
Bauru	4	65	56.031	159
Ribeirão Preto	7	52	48.406	468
Guarulhos	19	51	845	67

Fonte: IBGE (2009, 2011) e CATI (2015). Obs: Para o cálculo da área total dos estabelecimentos familiares/total (%) de Ribeirão Preto, utilizou-se a área total da UPAs, pois a área total dos estabelecimentos é superior à área do município¹.

¹Gonçalves (2009) aponta as diferenças conceituais entre estabelecimento (IBGE) e unidade de produção agropecuária (LUPA) e as diferenças procedimentais dos dois levantamentos censitários, bem como as dificuldades no uso destes dados para análises estruturais da agricultura paulista.

lecimentos rurais está na faixa de 150 a 200, e de 20% a 30% deles desenvolvem horticultura ou floricultura; no segundo a faixa é de 450 a 650, e de 4 a 8% desenvolvem horticultura ou floricultura. Para ambos os grupos, de 50 a 70% dos estabelecimentos são familiares, ocupando de 4 a 8% da área total dos estabelecimentos rurais do município. A integração entre estabelecimentos familiares e horticultura ou floricultura é alta, pois de 37 a 65% das áreas dedicadas a estas atividades estão em estabelecimentos familiares.

Outro aspecto a destacar na caracterização rural destes municípios é o fato de que os municípios de São Paulo, Ribeirão Preto e Campinas possuem assentamentos periurbanos e urbanos em modalidades orientadas à integração com as cidades. Em São Paulo, o assentamento Irmã Serafina, criado em 2002, e identificado pelo MST como Comuna da Terra, possui 40 famílias assentadas em lotes 1,5 ha que comercializam a produção de hortaliças, frutas, frango caipira, mandioca, milho e feijão, em feiras e por meio de vendas diretas (ALMEIDA, 2012). Em Ribeirão Preto, o assentamento Mário Lago, criado em 2003, e identificado pelo MST como Comuna da Terra, possui 264 famílias assentadas - quase o total de estabelecimentos familiares identificados pelo censo - em lotes 0,9 ha, voltados ao policul-

tivo orgânico, predominantemente, para subsistência (FERRANTE; BORELLI FILHO, 2010).

Em Campinas, o assentamento Cio da Terra, é a horta comunitária do Parque Itajaí, formalmente instituída em 2003, com a cessão de uso de área pública de 1,4 ha pela prefeitura, na vigência do Programa Municipal de Hortas Comunitárias. Enquadrado na modalidade Casulo, a horta urbana tem área de produção de 1 ha, a qual é dividida em áreas para canteiros de 250 a 500 m² por família, produzindo para consumo próprio e venda de excedentes (INCRA, 2013a). Ainda que estas modalidades de assentamento sejam consideradas conjuntos de hortas comerciais, as características do “Cio da Terra” o inserem na modalidade horta comunitária.

6 - **WORKSHOP: programas de agricultura urbana**

Os programas convidados para o evento integram-se a este contexto periurbano e o complementam com exemplos de agricultura especificamente em área urbana. O quadro 4 apresenta uma breve descrição de cada programa, seus promotores, instituição executora, localização, dimensão política e modalidades.

QUADRO 4 - Programas de Agricultura Urbana

Município	Programa	Descrição	Promotor	Unidade de coordenação	Localização
	Cooperapas	Cooperativa (Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa da Zona Sul de São Paulo). 32/45 produtores orgânicos das APAs Capivari-Monos e Bororé-Colônia; região possui 300 agricultores.	Governo E.M sociedade civil	Cooperativa	Periurbana
São Paulo	Hortelão Casa Verde	vinculada ao Movimento/Rede Hortelões Urbanos. objetiva politizar a sustentabilidade urbana, cultivando plantas comestíveis; se organizam em mutirões para plantio e manutenção de hortas. Outros projetos: Hortas das Corujas, City Lapa, dos Ciclistas, CCSP, da Pompéia, Parque Ipê, Vila Anglo, FMUSP, IEE USP. https://pt-br.facebook.com/horteloesurbanos	Sociedade civil	Movimento/rede social	Urbana
	Cidades Sem Fome	OSCIIP, desenvolve projetos de agricultura sustentável/orgânica; objetiva levar autosuficiência financeira e gestão aos beneficiários; 21 hortas comunitárias e 17 hortas escolares. http://cidadessemfome.org/pt-br/	Sociedade civil	OSCIIP	Urbana
Campinas	Cio da Terra	Associação (dos Produtores da Agricultura Urbana e Periurbana de Campinas e Região). objetiva a defesa do meio ambiente e a segurança alimentar da comunidade. Hortas São Luis, Seo Benício, Chácara Josino, Santa Rosa, Parque dos Eucaliptos, Parque Itajaí III e Itajaí IV. http://aproagriup.blogspot.com.br/	Sociedade civil governo F.M	Associação	Urbana
Bauru	Programa municipal	Programa Municipal, vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Objetiva educação alimentar, produção saudável e sustentável e geração de renda; abrange 8 escolas, 05 entidades, 04 hortas individuais e 6 em desenvolvimento. http://www.bauru.sp.gov.br	Governo M	Secretaria municipal	Urbana
Guarulhos	Programa municipal	Programa Municipal, coordenado pela Coordenadoria do Fundo Social de Solidariedade. Objetiva inclusão social, conversão convencional-orgânico, comercialização. http://www.guarulhos.sp.gov.br/	Governo M	Coordenadoria municipal	Periurbana
Ribeirão Preto	Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Helder Câmara	Organização. objetiva atender a demanda educacional e sócio produtiva de trabalhadores e trabalhadoras rurais, com ênfase a jovens e adultos; capacitação e implantação de sistemas agroflorestais.			

Fonte: Dados da pesquisa.

O programa de Guarulhos, envolvendo a Cooperativa Agroverde (COSTA et al., 2012); e o de São Paulo, envolvendo a Cooperapas, dão suporte técnico e criam canais de comercialização para os agricultores periurbanos, e o fazem convertendo-os para sistemas de produção ambientalmente menos impactantes. A iniciativa de São Paulo está integrada ao Projeto Estadual Gurapiranga Sustentável, junto com os municípios de São Lourenço da Serra, Itapeçerica da Serra e Embu das Artes.

O programa de Bauru, o Cio da Terra, em Campinas; e o “Cidade Sem Fome”, em São Paulo, são desenvolvidos, predominantemente, na área urbana, com uma ou mais finalidades, abrangendo inclusão social, geração de renda, educação pela agricultura, proteção ambiental.

O Projeto Hortelões Urbanos, em São Paulo, de viés ativista, estimula a organização comunitária e sua ação em prol da sustentabilidade urbana. Além destes programas, também participou o Centro de Formação Sócio-Agrícola de Ribeirão Preto, organização que apoia projetos/programas de agricultura urbana, provendo formação em sistemas de produção agroecológicos.

Os programas são promovidos por governos municipais e organizações da sociedade civil. Em alguns casos, os projetos/programas municipais estão integrados a interesses e apoios federais ou estaduais, e/ou estabelecem parceria com associações e cooperativas, criadas no próprio contexto do projeto/programa, visando facilitar a relação entre o governo e um conjunto de iniciativas de agricultura urbana. A diversidade de promotores também se reflete na diversidade de instituições que assume a coordenação executiva dos projetos e programas, abrangendo órgãos de governo, associações/cooperativas, OSCIP, movimentos sociais. Geralmente, quando as administrações municipais priorizam a geração de emprego e renda dos projetos/programas, delegam sua coordenação aos órgãos “econômicos” (agricultura); quando priorizam a inclusão social, aos órgãos “sociais”.

Quanto à política, a dimensão ambiental está presente em todos os projetos/programas, quer seja convertendo, quer seja difundindo, práticas de produção agroecológicas/orgânicas. Além do sistema de produção “mais limpo”, a adoção de canais de comercialização direta, através de feiras e vendas diretas, e a integração com sistemas de

compostagem municipal reforçam a dimensão ambiental dos projetos/programas. Embora, a dimensão social e econômica também esteja presente em todos os projetos/programas, há diferenças na priorização de cada dimensão entre os projetos. Assim, optou-se por destacar a qual das duas dimensões o projeto/programa priorizou.

Quanto às modalidades, os projetos/programas de agricultura dos municípios presentes no evento exemplificaram hortas comerciais familiares, hortas comunitárias, horta institucional e horta ativista. As únicas modalidades não exemplificadas foram as hortas doméstica e demonstrativa.

7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema de classificação de iniciativas de agricultura urbana proposto, distinguindo as iniciativas familiares das não familiares, sugere que a agricultura urbana e a agricultura familiar se integrem nas modalidades horta doméstica, horta comercial familiar e horta comunitária. Na primeira modalidade, de dimensão econômica, encontram-se estabelecimentos, predominantemente, periurbanos, orientados ao mercado. Na segunda modalidade, de dimensão social, encontram-se estabelecimentos, predominantemente, urbanos, orientados a assistir pessoas em condição de vulnerabilidade social.

Ele também sugere que há modalidades de agricultura urbana não familiares, quer seja por possuírem outra finalidade e atores envolvidos (horta institucional, demonstrativa, ativista), quer seja por não serem familiares (horta comercial e fazenda urbana), assim como há agricultores familiares não integrados à cidade, mas integrados à longas cadeias agroindustriais.

Sob a perspectiva da pesquisa e da política pública, a distinção entre as dimensões de política, as finalidades e as modalidades operativas e sua consequente delimitação e especificação para a elaboração e execução de estudos ou programas públicos ou privados torna claro as motivações e intenções dos atores envolvidos, facilitando o estabelecimento de indicadores para avaliar o impacto destas iniciativas.

Ainda que restrito a uma pequena amostra de grandes cidades paulistas, os estudos

de caso, indicam que as hortas comerciais periurbanas encontram-se, de um lado, pressionadas pela expansão urbana e, de outro lado, pela agricultura integrada aos complexos agroindustriais e/ou pela conservação de matas e mananciais. Quanto menor a área rural do município, a pressão da agricultura integrada aos complexos dá lugar à conservação de matas e mananciais e aumenta o uso do solo dos estabelecimentos com atividades hortícolas, orientadas a sistemas de produção

ambientalmente menos impactantes.

Os programas públicos e privados de “hortas comunitárias” podem tanto estar orientados a finalidades comerciais (horta comercial), quanto à inclusão social (horta comunitária), além de abarcarem também hortas institucionais. Assim, o título “programa de horta comunitária” não reflete necessariamente a finalidade do programa, sendo necessário analisar as modalidades promovidas e o perfil dos beneficiários.

LITERATURA CITADA

ALMEIDA, F. F. **Assentamento Irmã Alberta na metrópole de São Paulo**. 2012. 79 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Centro de Ciências e Tecnologias para a sustentabilidade, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

ANDERSON, M. **Building community capacity through urban agriculture: a case study of Malmö and Minneapolis’ use of community gardening for social sustainability**. 2014. 78 p. Dissertation (Master in Environmental Management and Policy) - Lundy University Libraries, Sweden, 2014.

BAURU (Município). Lei n. 5.631, de 22 de agosto de 2008. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Bauru. **Prefeitura de Bauru**, 2008.

BOUKHARAEVA, L.; CHIANCEA, G.; MARLOIE, M. Agricultura urbana como fenômeno universal. In: CARVALHO, S.; KNAUSS, P. (Orgs.). **Agricultura urbana: dimensões e experiências do Brasil atual**. Rio de Janeiro: Enda Brasil, 2007.

BRANCO, M. C.; ALCÂNTARA, F. A. Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira? **Horticultura Brasileira**, v. 29, n. 3, p. 421-428, 2011.

CAMPINAS (Município). Lei complementar n. 15, de 27 de dezembro de 2006. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Campinas. **Diário Oficial**, 29 dez. 2006a.

_____. Plano Diretor 2006. **Caderno de Subsídios**. Campinas: Prefeitura de Campinas, 2006b. 476 p.

COSTA, M. B. B. et al. Pesquisa-ação em agroecologia no município de Guarulhos. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 35-38, 2012.

CENTRO INTERNACIONAL DE INVESTIGACIONES PARA EL DESARROLLO - CIID. **Creando ciudades habitables: relatos del progreso en el mundo**. Canada: CIID, 2006. 36 p.

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL - CATI. **Banco de dados**. São Paulo: CATI. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: 2015.

EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANA - EMLASA. **Por dentro da Região Metropolitana de São Paulo - RMSP**. São Paulo: Emplasa, 2011. 77 p.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION - FAO. **Ciudades más verdes em América Latina y el Caribe: un informe de la FAO sobre la agricultura urbana y periurbana en la región**. Roma: FAO, 2014. 51 p.

FUNDAÇÃO DE ESTUDOS AGRÁRIOS LUIZ DE QUEIROZ - FEALQ. **Avaliação do projeto hortas comunitárias**. São Paulo: FEALQ/ESALQ/USP, 2006. 9 p.

FERRANTE, V. B.; BORELLI FILHO, D. O sistema produtivo do assentamento Mário Lago: uma experiência de produção agroecológica no centro da indústria agrocanvieira no interior do Estado de São Paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48., 2010, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: SOBER, 2010.

GARÇON, E. A. M.; RONQUIM, C. C.; GUILARDI, V. Uso de geotecnologias para avaliação da adequação ambiental referente às áreas de preservação permanente e reserva legal no município de Ribeirão Preto – SP. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 17., 2015, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: SBSR, 2015.

GONÇALVES, J. S. Transformações da agricultura e aumento da complexidade setorial: necessidade de aprimoramento dos indicadores econômicos. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 78-92, 2009.

GUITART, D.; PICKERING, C.; BYRNE, J. Past results and future directions in urban community gardens research. **Urban Forestry e Urban Greening**, Vol. 11, Issue 4, pp. 364-373, 2012.

GUARULHOS (Municipal). Lei n. 6.055, de 30 de dezembro de 2004. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social do Município de Guarulhos e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, São Paulo, 31 dez. 2004.

HODGSON, K.; CAMPBELL, M. C.; BAILKEY, M. **Investing in healthy, sustainable places through urban agriculture**. Flórida: Funders' network, 2011. 16 p.

INSTITUTO AGRONÔMICO - IAC. **Projeto HortAlimento e o cultivo em ambiente protegido**. São Paulo: IAC/APTA/SAA, 2014. 116 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

_____. **Banco de dados**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2015.

_____. **Sinopse do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. Modalidade de assentamento “Casulo” pode gerar renda na roça e nas cidades. Brasília: INCRA, 2013a. n. 6, p. 9-11.

_____. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: INCRA/FAO, 2000. 76 p.

_____. **Roteiro para criação de Projeto de Assentamento Casulo (PCA): parcerias com as prefeituras municipais**. Brasília: INCRA, 2013b. 36 p.

IAQUINTA, D. L.; DRESCHER, A. W. Defining Periurban: understanding rural-urban linkages and their connection to institutional contexts. **World Congress of the International Rural Sociology Association**, Rio de Janeiro, 2000. 28 p.

KULAK, M.; GRAVES, A.; CHATTERTON, J. Reducing greenhouse gas emissions with urban agriculture: a Life Cycle Assessment perspective. **Landscape and Urban Planning**, Vol. 11, pp. 68-78, 2013.

LIN, B. B.; PHILPOTT, S. M.; JHA, S. The future of urban agriculture and biodiversity-ecosystem services: challenges and next steps. **Basic and Applied Ecology**, Vol. 16, Issue 3, pp. 189-201, 2015.

LANDAU, E. C. et al. **Variação geográfica do tamanho dos módulos fiscais no Brasil**. Brasília: Embrapa/MAPA, 2012. 199 p. (Documentos 146).

MARTY, P. **Les appropriations urbaines de la question agricole: le cas de Brive, de 1945 à 2012**. 2013. 629 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Université Panthéon-Sorbonne, Paris, 2013.

MATHEUS, D. **Uma outra concepção de assentamento de reforma agrária: a comuna da terra**. Minas Gerais: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2003. 55 p. (Apostila do Curso de realidade brasileira a partir dos grandes pensadores brasileiros).

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO - MDS. **Sistematizar e analisar a política nacional de agricultura urbana e periurbana promovida pelo ministério de desenvolvimento social e combate à fome no Brasil com foco em Regiões Metropolitanas durante o período de 2004-2009**. Brasília: Consultoria FAO/MDS, 2011. 122 p.

MOUGEOT, L. J. A. **Agropolis: the social, political, and environmental dimensions of urban agriculture**. Earthscan: IDRC, 2005. 308 p.

_____. Urban agriculture: concept and definition. **RUAF Magazine**, Vol. 1, Issue 1, pp. 3, 2000.

MOUSTIER, P.; DANSO, G. Local economic development and marketing of urban produced food. In: VAN VEENHUIZEN, R. **Cities farming for the future: urban agriculture for green and productive cities**. Leusden: RUAF / IDRC / IIRR, 2006. 24 p.

NOGUEIRA, R. F. 2007. **A organização sócio-espacial do assentamento Olga Benário**. 2007. 63 p. Monografia. (Bacharel em Geografia) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2007.

ORSINI, F. et al. Urban agriculture in the developing world: a review. **Agronomy for Sustainable Development**, Vol. 33, Issue 4, pp. 695-720, 2013.

PINHEIRO, M.; FERRARETO, L. Política nacional de agricultura urbana: estratégia para o combate a fome e promoção da segurança alimentar. **Coleção Fome Zero - Uma história brasileira**, Brasília, p. 253-264, 2011.

RIBEIRÃO PRETO (Municipal). Lei complementar n. 1.573, de 13 de novembro de 2003. Revisão plano diretor (lei complementar municipal 501/95) e dá outras providências. **JusBrasil**, nov. 2003.

ROSTICHELLI, M. **Entre a terra e o asfalto: a Região Metropolitana de São Paulo no contexto da agricultura urbana**. 2013. 187 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção: identificação e caracterização de iniciativas de AUP em regiões metropolitanas brasileiras**. Belo Horizonte: FAO/MDS, 2007. 89 p.

SÃO PAULO (Estado). Lei n. 13.430, de 13 de setembro de 2002. Institui o Plano Diretor Estratégico e o Sistema de Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo. **JusBrasil**, 2002.

SLU Global. **Urban and peri-urban agriculture for food security in low-income countries: challenges and knowledge**. Suécia: SLU Global Report, 2014. 72 p.

SMIT, J.; BAILKEY, M. Urban agriculture and the building of communities. In: VAN VEENHUIZEN, R. **Cities farming**

for the future: urban agriculture for green and productive cities. Leusden: RUAF / IDRC / IIRR, 2006.

TORNAGHI, C. Critical geography of urban agriculture. **Progress in Human Geography**, Vol. 38, Issue 4, pp. 551-568, 2014.

URBAN HARVEST. **Impacts of urban agriculture:** highlights of Urban Harvest research and development, 2003-2006. Peru: International Potato Center, 2007. 64 p.

VAN VEENHUIZEN, R.; DANSO, G. **Profitability and sustainability of urban and peri-urban agriculture.** Roma: FAO, 2007. 109 p. (Agricultural management, marketing and finance/Occasional Paper 19).

WORLD BANK. **Urban agriculture:** findings from four city case studies. Washington: Urban Development Series, 2013. 104 p. (World Bank's Urban Development and Resilience Unit of the Sustainable Development Network).

ZASADA, I. Multifuncional peri-urban agriculture: a review of societal demands and the provision of goods and services by farming. **Land Use Policy**, Müncheberg, Vol. 28, Issue 4, pp. 639-648, 2011.

AGRICULTURA URBANA E AGRICULTURA FAMILIAR: interfaces conceituais e práticas

RESUMO: *A integração de políticas públicas de desenvolvimento social exige a identificação de campos comuns de atuação. Com o objetivo de refletir sobre as interfaces entre a agricultura urbana e a agricultura familiar, este ensaio propõe um sistema de classificação de iniciativas de agricultura urbana, destacando modalidades de caráter familiar e não familiar, e o aplica ao contexto periurbano e a programas de agricultura urbana de cinco grandes municípios do Estado de São Paulo. O sistema de classificação mostrou aderência às iniciativas de agricultura urbana identificadas, exemplificando modalidades familiares - a horta comercial familiar, a horta doméstica e a horta comunitária -, bem como modalidades não familiares - a horta institucional e a horta ativista.*

Palavras-chave: *rural, periurbano, gestão municipal, horta comunitária.*

URBAN AND FAMILY FARMING: conceptual and practical interfaces

ABSTRACT: *Integrating public policies for social development requires identifying common fields of action. In order to reflect on the interfaces between urban and family farming, this article proposes a classification system for urban agriculture initiatives, highlighting family and non-family modalities, and applies it to the periurban context and to urban farming programs of five major cities in the state of Sao Paulo. The classification system showed adherence to the urban agriculture initiatives identified, exemplifying family arrangements - commercial family garden, domestic garden and community garden -, as well as non-family arrangements - institutional and activist garden.*

Key-words: *rural, periurban, municipal administration, community vegetable garden.*

Recebido em 12/11/2015. Liberado para publicação em 03/05/2016.